

ESTRUTURA AGRÁRIA E RELAÇÕES SOCIAIS NO CAMPO

AGRARIAN STRUCTURE AND SOCIAL RELATIONS IN THE COUNTRYSIDE

Cloves Alexandre de Castro*

RESUMO: O presente artigo versa sobre a estrutura agrária e as relações sociais no campo como uma problemática estrutural da reprodução colonial do Brasil. Ao longo do texto, apontamos as determinantes da concentração fundiária brasileira e as consequências no campo das lutas de classes, expressas nos conflitos de luta pela terra, e vislumbramos a perspectiva de uma educação do campo como mais uma pedagogia dos movimentos sociais de luta pela terra, para viabilizar a luta e a permanência no campo, bem como a preservação do modo de vida sem isentá-los do direito de usufruir das modernidades produzidas na cidade.

Palavras-chave: Estrutura agrária; Reprodução colonial; Luta pela terra.

ABSTRACT: The article deals with the agrarian structure and the social relations in the countryside as a structural result of the Brazilian colonial reproduction. Throughout the text we point out the determinants of Brazilian land concentration and the consequences in the field of class struggles, expressed in the conflicts of struggle for land. We understand the education of the countryside as a pedagogy of social movements fighting for land to enable the struggle and permanence in the countryside, as well as the preservation of their way of life, with the right to enjoy the modernities produced by the city.

Keywords: Agrarian structure; Colonial reproduction; Struggle for land.

INTRODUÇÃO

Este texto pretende contribuir de modo didático com estudantes, docentes e outros atores que tenham o interesse em compreender o Brasil e as raízes estruturais das desigualdades da nação. Pretende também contribuir com aqueles que se dedicam a pensar e a realizar a educação do campo, já que a questão agrária e a luta pela terra não podem ser negligenciadas.

A realidade brasileira foi construída a partir do que Doreen Massey chamou de “[...] o momento do encontro” de duas civilizações, a qual a mais

* Pós-doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Instituto Federal Catarinense (IFC-Campus Blumenau). Contato: cloves.castro@ifc.edu.br

avançada tecnologicamente submeteu de forma radical e violenta a civilização anfitriã aos interesses mercantis do modo de produção que emergira com a crise do *antigo regime* europeu. (MASSEY, 2008, p. 29).

Tal processo tem como origem não apenas a crise do modo de produção feudal, mas também as soluções para a referida crise, a qual culminou no modo de produção atual, mas, naquele momento, na sua forma exclusivamente mercantil, cuja expansão produziu a primeira condição para o processo de globalização. Ou seja, o movimento das “Grandes Navegações”, o qual promoveu os encontros de civilizações em diferentes estágios tecnológicos.

Este artigo aborda a formação da estrutura agrária brasileira, cuja gênese está nas Capitânicas Hereditárias e no Pacto Colonial. Essa relação, reformulada pelas elites herdeiras do legado colonial, no que tange às suas formas-conteúdos, se revela na contradição de uma nação onde há muita gente sem terra e com pouca terra que produz comida para mais de 200 milhões de habitantes, além disso há pouca gente com muita terra e que produz, entre outros produtos para o mercado externo, grãos para exportação, cuja utilidade é a produção de ração animal.

Essa contradição expressa no espaço-tempo brasileiro uma série de conflitos resultantes do movimento real de uma sociedade no contexto da sociedade de classes de uma nação que possui uma burguesia de caráter escravocrata e que na prática chega a negar os próprios ditames liberais, entre eles a reforma agrária. Tal negação tem se dado no território brasileiro por meio de ações que constituíram histórias escritas a ferro, sangue e fogo, impressos no corpo e na memória dos trabalhadores, principalmente os trabalhadores de origem afrodescendente e indígena, os quais representam cinco séculos de resistência.

O presente artigo é uma contribuição para resgatarmos de modo singelo as lutas e resistências camponesas do país e reafirmar que as bases estruturais das desigualdades brasileiras e do nosso subdesenvolvimento são as grandes propriedades rurais e urbanas, cujas genealogias entrecruzam no passado e no presente, com grandes possibilidades de permanecerem no futuro.

QUESTÃO AGRÁRIA E REPRODUÇÃO COLONIAL: A MODERNIZAÇÃO DO ATRASO

Antes de tudo se faz necessário deixar claro o significado da expressão estrutura agrária. No nosso modo de ver, estrutura agrária significa a forma de acesso e exploração à propriedade da terra, as relações entre proprietários e não proprietários, bem como as formas em que as culturas produzidas se distribuem no espaço agrário e se relacionam aos meios de transportes que viabilizam as suas circulações pelos territórios.

Nesse sentido, pensar acerca do tema proposto, “Estrutura agrária e relações sociais no campo” brasileiro, exige reflexões que remontam ao Brasil colonial e às determinantes da montagem da empresa colonial pela metrópole portuguesa. Ou seja, tal como apontou Caio Prado Jr., faz-se necessário termos claros “[...] os sentidos da colonização” (PRADO Jr., 1965, p.20).

Ter em vista os sentidos da colonização do Brasil desde o seu início é compreender o essencial do Brasil. Instituído no cenário mundial no contexto da expansão marítima-comercial do século XV, o Brasil colonial é parte da expansão mercantilista que impulsionou o capitalismo comercial e as acumulações primitivas de capitais apontadas por Marx, sejam por meio da expropriação dos camponeses europeus através dos cercamentos das terras e da desintegração do antigo regime, como por meio do fortalecimento da burguesia enquanto classe em função da sua atividade comercial. Como também, a reinstituição do trabalho escravo na história da humanidade, naquele momento, nos territórios do “recém-descoberto” continente americano (MORAES, 2000, p. 175).

O sentido de uma colônia, de acordo com Prado Jr. (1965, p.23), é o de produzir o máximo de lucros possíveis à sua metrópole diante de um menor investimento possível. Nesse sentido, o Estado português organizou, já na terceira década de colonização, uma empresa colonial estruturada no que se convencionou a chamar de Pacto ou Exclusivo Colonial. Este se tratava de um conjunto de normas impostas pela metrópole, as quais ordenava a colonização do Brasil até à chegada da família real, no início do século XIX, e que também são as bases da estrutura agrária brasileira.

O Pacto Colonial no Brasil estava estruturado em: 1) no grande latifúndio. Por isso a criação das Capitânicas Hereditárias, das Sesmarias e dos Donatários; 2) na monocultura de um produto de grande aceitação no mercado europeu e que exigia grandes extensões de terra para o seu cultivo. Por isso a opção pela cana-de-açúcar, produto já cultivado pelos portugueses nas Ilhas de Açores e Madeira no Oceano Atlântico; 3) trabalho escravo que produzia riquezas tanto na prática do tráfico negreiro, quanto na apropriação do valor trabalho dos escravos nas lavouras de cana-de-açúcar e posteriormente, no século XIX, nas lavouras de café. Toda essa estrutura estava direcionada aos interesses mercantilistas da coroa portuguesa e visava deixar a balança comercial daquele Estado-Nação favorável, ou seja, positiva, portanto voltada ao mercado externo europeu em detrimento da sociedade colonial (PRADO Jr. 1965, p. 31).

A constituição dessa estrutura agrária nos ajuda a compreender as determinantes das relações sociais no campo brasileiro do período colonial até a atualidade, por se tratar de elementos os quais (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2001, p.18) situam de moderno e colonial em função de terem suas origens no período colonial, mas que estão presentes nas afirmações atuais da modernidade-mundo por meio das ações de Estados e suas corporações capitalistas, cuja consequência mais gritante é o aumento da desigualdade por meio de uma nova fase de acumulação, a qual Harvey (2010, p. 197) chamou de acumulações por despossessões, que têm a financeirização como rentável instrumento de expropriação e acumulação do capital.

As revoluções industrial e burguesa, ocorridas a partir da metade do século XVIII, aceleraram as mudanças já em curso no mundo desde o final do século XV. Para o Brasil, a consequência mais significativa desses fenômenos foi a transferência do Estado português para o Brasil, no início do século XIX, para não capitular diante da invasão napoleônica em Portugal, o que culminou na independência política da nação e formação do Estado brasileiro com a Independência do Brasil em 1822 e a sua primeira Constituição, em 1824 (FERNANDES, 1974, p. 21).

Esse processo foi importante, pois se firmaram acordos entre Portugal e a Inglaterra que influenciaram, a médio e longo prazo, a economia e a política

brasileira no que se refere à dependência consentida aos ingleses. Também houve a eliminação do trabalho compulsório, exigida já no Tratado de 1810 e efetivada em 1888 com a abolição institucional da escravatura.

Com a formação do Estado brasileiro em 1822 e a promulgação da primeira constituição em 1824, o Tratado de 1810 foi renovado. No entanto, as pressões para eliminar a escravidão e proporcionar ao capital inglês o cobiçado mercado consumidor de ex-escravos não satisfaziam aos interesses dos proprietários de escravos que se encontravam em meio à emergência de novo produto agrícola o qual colocou novamente a economia brasileira no cenário mundial. Tratava-se da emergência da cultura cafeeira no Brasil, a partir do Rio de Janeiro, avançando pelo Vale do Paraíba paulista, até ganhar o planalto paulista e, depois, expandindo-se pelo planalto ocidental paulista.

No entanto, o Estado inglês passou a inviabilizar militarmente o tráfico negreiro e, em 1850, o Senado brasileiro aprovou a lei “Eusébio de Queiroz”, encerrando mais de três séculos de tráfico de negros africanos para o Brasil. No bojo deste debate no Senado, aprovou-se também uma política de imigração de trabalhadores europeus para o Brasil e também a “lei de terras”, que a partir daquele momento mudou a forma de apropriação de terras no Brasil, para manter e afinar as condições de reprodução das elites coloniais do país.

De acordo com Martins (1979, p.16), até a “lei de terras”, as mesmas pertenciam ao Estado brasileiro e anteriormente à Independência, à Coroa portuguesa. Ambos davam concessões de posse aos que operavam nos territórios próximos ao poder. Naquela época, não se mensurava a riqueza dos sesmeiros pelas áreas de terras sobre os seus domínios, e sim pela quantidade de escravos que faziam daquelas áreas determinadas produtivas economicamente. As terras não eram cercadas, mas, com a “lei de terras”, passou a se fazer necessária a compra da terra para ter direito à posse, e as que não fossem compradas por meio de dinheiro deveriam ser devolvidas ao Estado. Daí a expressão “terras devolutas”.

Nesse sentido, diante da iminência de que a escravidão iria acabar a médio/curto prazos, fez-se necessário mudar o regime de terras no país, pois, em uma sociedade onde o trabalho é cativo, a terra pode ser livre, mas, em

uma sociedade onde o trabalho é livre, a terra tem de ser cativa. Dessa forma, constituiu-se no Brasil, o cativo da terra, reafirmando os trezentos e cinquenta e oito anos de escravidão, juridicamente legal no Brasil, e inaugurando um novo momento do latifúndio e da estrutura agrária brasileira (MARTINS, 1979, p. 20).

LEI DE TERRAS, CONFLITOS SOCIAIS: A EXPLOSÃO DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL

Mas qual o sentido daquele novo momento do latifúndio e da estrutura agrária do Brasil a partir da “lei de terras”? Ora, se na escravidão o controle se dava efetivamente sobre o trabalho, no trabalho assalariado fez-se necessário às elites controlar não apenas o trabalho, mas também os meios de produção. Isso significa dizer que com a lei de terras a única forma de se ter acesso à terra foi por meio da compra. O Senado brasileiro operava para evitar que tanto os futuros ex-escravos, como os imigrantes europeus, de secular tradição camponesa, tivessem condições de acessar a terra, fazê-la produtiva, e com isso não se submeterem ao trabalho assalariado e ao mercado industrial de reserva.

A tradição camponesa dos imigrantes europeus (particularmente os italianos), associada à prática do que Caio Prado Junior chamou de “pequena lavoura”, durante o período colonial, e as experiências dos quilombos produziram um campesinato particular no Brasil. Mas estas também se diferenciam entre si, a depender das regiões brasileiras, bem como do conceito clássico de campesinato, cujo espaço-tempo seria os europeus do período feudal. Não se trata desse. Este campesinato em formação no território brasileiro no século XIX se deu efetivamente pela tentativa de desintegração do campesinato europeu desde as práticas dos cercamentos e se radicalizou com a segunda revolução industrial.

Tratava-se de camponeses expropriados em seus países e que já haviam passado por experiências urbano-industriais e, por isso, não se submetiam ou resistiam aos desmandos dos ex-senhores de escravos no Brasil, no que se referem às relações de trabalho. Esse capital cultural, de acordo com Oliveira (1988, p.22), produziu revolta de trabalhadores nas

plantações de cafés em São Paulo como também nas fábricas das duas maiores cidades do país: Rio de Janeiro e São Paulo (SINGER, 1988, p. 57). Está nesses imigrantes a origem do movimento operário brasileiro.

Na região Nordeste do país, as relações sociais no campo são indissociáveis à religiosidade da população, ao pioneirismo da colonização e à mobilidade da centralidade do núcleo do governo geral de Salvador para o Rio de Janeiro em função da atividade mineradora. As questões sociais oriundas da estagnação econômica com a crise da cultura canavieira após a desocupação holandesa, agravada com a seca e as violências dos coronéis sem patentes, deram origem ao maior conflito camponês da história do Brasil, também considerada uma revolta de origem messiânica, em Canudos, sertão baiano, no final do século XIX.

A Guerra de Canudos ocorreu de 1894 a 1897 e mobilizou significativo efetivo militar do Estado brasileiro, o qual cometeu um dos maiores genocídios contra a população camponesa no Brasil, cujos fatos estão narrados de forma apaixonada, impressionante e formativa por Euclides da Cunha, em “Os Sertões”, obra clássica da literatura brasileira¹.

Ainda em relação ao que chamamos de revoltas messiânicas no campo, na região Sul do país uma área entre os estados do Paraná e Santa Catarina, após o término das obras da ferrovia que passa pela região em tela, uma imensa massa de ex-trabalhadores da construção da ferrovia se concentraram na região que passou a se denominar Contestado, em função da contestação de trabalhadores acerca da doação de uma área que o governo brasileiro fez aos madeireiros. Sob a liderança do monge José Maria, ex-trabalhadores da ferrovia e sem-terras da região lutaram de 1912 a 1916 pela posse do território Contestado (OLIVEIRA, 1988, p.21).

O fato é que a propriedade da terra no Brasil sempre esteve associada à íntima relação com o poder que opera os interesses de classes no interior do Estado brasileiro, ao passo que nos dias atuais é a bancada ruralista a mais poderosa no Congresso Nacional. Mesmo diante das diversas experiências de

¹ Os sertões é uma obra clássica da literatura brasileira a qual narra de maneira forte, apaixonada e justa um evento da história do Brasil, a Guerra de Canudos, como também, inaugura um momento da literatura brasileira, como o Pré-Modernismo. É fundamental para entender o Brasil em suas múltiplas dimensões.

luta pela terra vividas no Brasil nos últimos 115 anos (as resistências indígenas, as lutas quilombolas, Canudos, Contestado, Trombas e Formosa, a Guerrilha de Porecatu, as Ligas Camponesas, a Guerra do Capim e, finalmente, a fase atual da luta pela terra, comandada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), não foi possível conquistar a reforma agrária e nem mesmo estabelecer um pacto entre as forças envolvidas para pacificar as relações sociais no campo, pautadas nas violências do latifúndio contra os trabalhadores rurais e camponeses.

Tais violências estão materializadas no corpo das vítimas dos que lutam contra o latifúndio; na estrutura agrária voltada aos interesses do mercado externo e atualmente do capital financeiro; como também, do ponto de vista simbólico, nas ações recentes dos produtores rurais sulistas de chicotes em punhos para impedirem a mobilidade de outrem pelo território, enquanto que há 140 anos o mesmo chicote tinha o papel de inviabilizar a mobilidade do produtor da riqueza indecentemente apropriada por uma minoria, de se mobilizar para além dos territórios da produção e da senzala.

A heroica resistência indígena ainda se faz presente após cinco séculos de colonização e expropriação de suas terras. Colonização e expropriação que se refazem e atualmente avançam em nome das *commodities* dos agronegócios brasileiros, deixam um rastro de genocídio, miséria e devastação ambiental nos territórios das fronteiras agrícolas que avançam e continuam a fazer do índio o grande derrotado desse processo secular de espoliação.

Simultaneamente à resistência indígena contra os europeus colonizadores, nasceu a luta dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas, materializadas nos território dos quilombos, cuja maior expressão foi o Quilombo dos Palmares, destruído no final do século XVII. Atualmente, a luta pela terra acopla as populações remanescentes de quilombos, que têm se organizado para adquirirem a posse da terra cujos ancestrais resistiram e sangraram em defesa da liberdade e da dignidade humanas.

O conflito de Trombas e Formoso se deu no estado de Goiás e teve início no final da década de 1940, com a valorização das terras do então município de Uruaçu, em função da construção da rodovia Transbrasiliana.

Camponeses do Maranhão e Piauí que já viviam no norte de Goiás também chegaram à região e, liderados por José Porfírio², formaram posses em uma área de terras devolutas que, entretanto, foram griladas por fazendeiros, um juiz e o dono do cartório. A recusa dos camponeses de saírem das terras mobilizou a ação de jagunços, que por sua vez enfrentaram a resistência dos posseiros que já somavam cerca de 3000 pessoas.

Em 1954 os conflitos na região já eram parte do cotidiano e foi neste contexto que o Partido Comunista do Brasil enviou quatro militantes para que passassem a viver e trabalhar na área. Dessa forma, os camponeses se organizaram em conselhos, desenvolveram trabalhos coletivos de mutirão e, em momentos mais tensos, grupos armados de camponeses em guarda contra ataques de jagunços e da polícia. Fundaram a Associação dos Lavradores de Formoso e Trombas, cujo objetivo era organizá-los para a obtenção da propriedade da terra (OLIVEIRA, 1998, p. 23).

No final da década de 1950, o governo do estado de Goiás mandou tropas para combater os camponeses, e o Partido Comunista negociou um acordo que beneficiava as pretensões políticas do governador em troca da retirada das tropas. Com isso, até 1964 a região de Trombas e Formoso se constituiu como um território livre, sujeito a um governo popular, facilitado pela formação do município de Formoso e a eleição de José Porfírio para Deputado Estadual. Com o Golpe de 1964, as lideranças fugiram e alguns anos depois o exército ocupou a região.

A Guerrilha de Porecatu se deu no estado do Paraná e as suas causas são semelhantes às que originaram os conflitos em Trombas e Formoso, ou seja, milhares de famílias de posseiros formaram posse em terras devolutas e sofreram despejos porque o governador do estado cedeu aquelas terras para grandes latifundiários (MARTINS, 1981, p.75). Na mesma época em que ocorriam as primeiras movimentações dos posseiros no norte de Goiás (as quais resultaram no conflito de Trombas e Formoso), Jaguapitã, norte do

² Liderança camponesa sofreu junto à sua família diversas retaliações dos latifundiários, entre elas, sua mulher e filho recém-nascido foram arrancados do lar e a casa queimada por jagunços. Alguns dias depois sua mulher veio a falecer. Foi preso em 1972 no Maranhão em batidas de repressão à Guerrilha do Araguaia. Solto em 1975, integra a lista dos desaparecidos políticos.

Paraná, via cerca de 1500 famílias resistirem à desocupação determinada pelo governador do estado, o qual operava pelos interesses dos latifundiários, e dos quais o mesmo estava incluso enquanto agente que tinha interesses naquelas áreas de que os camponeses tomaram posse e que pertenciam à União (MARTINS, 1981, p. 77).

Os despejos violentos levaram à formação de grupos armados de camponeses que resistiam e atacavam as fazendas, produzindo vários confrontos entre a polícia e os camponeses. O governador do estado, envolvido nas negociações de terras, propôs aos camponeses que desocupassem aquelas terras em troca de outras terras com toda infraestrutura necessária (casas e transportes) no vale do rio Paranaíba, no entanto a promessa não foi cumprida.

Tal situação de violência se repetia pelo estado do Paraná e a revolta dos lavradores de Porecatu (também ao norte do estado) somou força à resistência camponesa daquele momento. Em 1950, por meio da ação dos comitês regionais do Partido Comunista do Brasil de Londrina, no Paraná, e de Presidente Prudente e Assis, em São Paulo, eclodiu a Guerrilha de Porecatu, tendo como um de seus comandantes José Billar. As lutas prosseguiram até o começo de 1951, quando o novo governador declarou as terras que seriam desapropriadas em interesse social (MARTINS, 1981, 77).

As Ligas Camponesas organizadas no Nordeste brasileiro durante as décadas de 1950/60 dimensionaram para a escala nacional a luta camponesa no país (OLIVEIRA, 1988, p.28). O fogo morto dos engenhos produtores de açúcar, fazendo analogia ao livro de José Lins do Rego³, expressava de um lado a crise de um modelo, e por outro a disputa por um modelo de desenvolvimento regional diferenciado para o Nordeste, cuja gênese estava na Comissão para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL) e seus atores no Brasil, entre eles, Celso Furtado e Francisco de Oliveira, pensando a região

³ Escritor expoente da segunda geração de modernistas brasileiros, sua obra esteve centrada na transição das relações sociais de produção do engenho para a usina, processos de modernização das estruturas produtivas dos arranjos produtivos do país a partir da década de 1930. A expressão “Fogo Morto”, que nomeia um de seus mais brilhantes clássicos refere-se ao fim do Engenho e à ascensão da Usina, que implica inevitavelmente na diminuição de braços na produção do açúcar e no aumento da mobilidade populacional campo-cidade.

por meio da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste⁴ (SUDENE).

A crise expressa pelo fogo morto dos engenhos poderia ter sido a oportunidade para a região em tela produzir alternativas no que se refere ao seu papel na estrutura produtiva do país. As crises sempre devem ser vistas como uma alternativa para se mudar de rumo e corrigir os equívocos e as injustiças históricas que resultam, mais cedo ou mais tarde, em crises que afetam tanto os setores empresariais quanto, principalmente, os trabalhadores. O centro da crise dos engenhos no Nordeste, a partir da década de 1930, se dava por conta da substituição do engenho pela novidade modernizante-conservadora das usinas, por meio do processo de industrialização instituído pelo primeiro governo Vargas, com o intuito anticíclico aos possíveis desdobramentos da crise do capitalismo de 1929 para o Brasil. A proposta do planejamento regional durante o governo Juscelino, expressa nos princípios clássicos da SUDENE, tinha por objetivo dar vozes aos sujeitos da região, entre eles aqueles que historicamente estiveram excluídos da posse da terra, sempre desterritorializados pelo latifúndio e obrigados a migrar e a compor o exército industrial de reserva nos grandes centros urbanos do país, ou seja, dar vozes e alternativas aos historicamente alijados da voz (OLIVEIRA, 1981, p.66).

É neste contexto que as Ligas Camponesas surgem e se fortalecem no Nordeste brasileiro da década de 1950, dimensionando para a escala nacional a luta pela terra e o debate necessário de uma urgente reforma agrária. Esse processo teve o apoio, de um lado, do PCB, que via nas Ligas uma potencialidade de aumentar a organização dos trabalhadores do campo por meio dos sindicatos e associações rurais; de outro lado, teve o apoio da igreja, cuja intencionalidade do apoio, de acordo com Martins (1981, p. 87), era a de minimizar a influência do PCB nas lutas camponesas. O movimento também teve os apoios político e jurídico do então deputado federal do antigo PTB, João Julião.

A cada vez mais intensa organização dos trabalhadores estimulou violenta e sangrenta reação dos latifundiários, resultando em pressões de

⁴ Sobre a experiência da SUDENE, ver Francisco Oliveira (1981).

todas as ordens e no assassinato de lideranças, tal como o de João Pedro, já na década de 1960, cuja trajetória está narrada e eternizada no filme de Eduardo Coutinho, “Cabra Marcado para Morrer”. Com o Golpe Civil Militar de 1964, acentuaram-se as perseguições e os desmantelamentos das organizações camponesas e, ao mesmo tempo, uma nova fase da estrutura agrária e fundiária do país com os ditames da modernização conservadora e o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964: O TERROR E O ARBÍTRIO CALAM, MAS NÃO CESSAM A LUTA DE CLASSES

Devemos entender por modernização conservadora o conjunto de transformações ocorridas na economia brasileira a partir do final dos anos de 1950 e aceleradas com a vitória das forças políticas que chegaram ao poder junto aos militares por meio do Golpe Civil Militar de 1964. Tratou-se de um processo que aprofundou a característica colonial da economia brasileira ao acentuar o papel do país de exportador de produtos primários através da organização da indústria à montante e à jusante da produção agrícola. Ou seja, foi uma modernização conservadora por se tratar de combustível do atraso aos elementos que davam coloração de moderno no referido processo, os quais estavam alinhados com as orientações de uma divisão internacional do trabalho (DIT) e da revolução verde. Estes orientaram os rumos da produção agrícola e do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, conservando o atraso “moderno e colonial” do país que perdura ainda nos dias de hoje (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2005, p.101).

A mecanização do campo, o desmantelamento das organizações camponesas pelo regime autoritário, além da violência cotidiana da pistolagem no campo, liberou significativa mão de obra do campo, as quais tiveram como alternativa migrar para os grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, aumentando as ofertas de empregos, o mercado industrial de reserva, a desvalorização do trabalho e a favelização dos centros urbanos.

De acordo com Fernandes (1999, p. 33), para tornar viável a sua política, o Estado brasileiro pós-1964 precisou manter sob o seu controle a questão agrária. Para isso, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e o

Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) contribuíram com a elaboração do Estatuto da Terra, cujo objetivo foi o de não permitir o acesso à terra aos camponeses, à agricultura familiar, e sim aos que tinham o interesse de criar a propriedade capitalista. Dessa forma, o Estatuto da Terra mostrou-se um aparelho estratégico para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos por terra e incentivando a ocupação de novas regiões para solucionar os problemas sociais de outras regiões.

É nesse contexto que o agronegócio começa a estabelecer sua hegemonia no Brasil e o país se projeta entre os maiores produtores de grãos e carne bovina do mundo, reproduzindo a fórmula que reafirma a estrutura colonial instituída com o Pacto Colonial, ou seja, grandes latifúndios, monoculturas (trabalho escravo substituído pelo trabalho precário e sazonal), aberturas de novas fronteiras, tudo voltado ao mercado externo.

No entanto, já nos primeiros anos da década de 1970, o chamado “milagre econômico brasileiro” já demonstrava sinais de fraquezas devido ao turbulento cenário econômico mundial. Os anos de acumulação do pós-guerra com distribuição de renda às classes trabalhadoras do centro do capitalismo (BIHR, 1998, 69-70) não mais satisfaziam aos interesses do capital que com força avançou uma nova fórmula de acumulação e organização do trabalho que resultou na ruptura do acordo de Bretton Woods, na expansão da acumulação flexível e na financeirização do acúmulo de capitais; ou seja, a fórmula neoliberal (HARVEY, 1992, p. 131-2).

Esse cenário desaqueceu a economia brasileira totalmente dependente dos fatores externos e acentuou as condições de miséria nas cidades e no campo do país, de modo a permitir que os até então “silenciosos” trabalhos das pastorais da igreja católica nas comunidades das regiões metropolitanas e também do campo ganhassem formas de debates sobre as condições de trabalho e dos trabalhadores na vida cotidiana. Isso produziu diversos espaços de socialização políticas que em pouco tempo se tratariam também de espaços e territórios de ações políticas por meio das diversas pastorais e comunidades eclesiais de bases, alicerces dos novos movimentos sociais e núcleos duros da luta contra a ditadura na década de 1970, quando o território da igreja era o único não totalmente violado pelo Estado autoritário.

O Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário instaurada durante o regime militar. Ou seja, surgiu na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. A formação de vários movimentos sociais aconteceu no decorrer da década de 1970 e gerou espaços sociais conquistados pelas diversas experiências das lutas populares em diversos estados, que deram origem, em 1984, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Entre as tantas lutas, estão as ocupações no município de Ronda Alta (RS) em 1979; a ocupação no município de Campo Erê (SC), em 1980; ainda nesse mesmo ano, no Paraná, o conflito entre mais de 10 mil famílias no estado por causa da inundação de suas terras com a construção da Barragem de Itaipu. Em São Paulo: a luta dos posseiros da fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilhos e Nova Independência eclodiu, tais como as lutas dos trabalhadores da cidade, como a mais importante novidade que se anunciava com a nova década, situando novos sujeitos sociais na cena política brasileira, os quais, em pouco tempo, transformariam-se em sujeitos da redemocratização do país (FERNANDES, 2000, p. 61-67).

REDEMOCRATIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO: CONTINUIDADES E PERMANÊNCIAS DO PROJETO COLONIAL

O cenário político de desconstrução do regime autoritário teve no cardápio da conjuntura do final da década de 1970 e início dos anos de 1980 a luta pela anistia, ações contra a carestia e o aumento do custo de vida, pelo pluripartidarismo, pela organização sindical e, a luta pela terra. Era comum naquele momento, o encontro dos mesmos sujeitos sociais presentes na maioria dessas lutas, se organizando para realizar cada uma dessas pautas específicas, cujo fio unificador era a presença da igreja católica por meio das suas combativas redes de pastorais, tais como a da terra, a operária, a da saúde, a da educação, a sindical, entre outras (SADER, 1988, p. 198).

As lutas para as disputas e realizações das referidas pautas, na década de 1981, resultaram em poderosos instrumentos de organização e resistência das classes trabalhadoras da cidade e do campo, como o Partido dos

Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST, fundado em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel (PR) no Encontro Nacional de Conflitos pela Terra (FERNANDES, 1999, p. 94).

Se de um lado a organização dos trabalhadores em movimentos sociais do campo e da cidade contribuiu para a finalização da condução lenta e gradual dos militares para a democracia, por outro lado as continuidades e permanências nas/das práticas das elites e suas corporações estão expressas nos indicadores sociais do país, que revelam se tratar de um dos países mais desiguais do mundo e onde a violência é um dos instrumentos para a manutenção dessa desigualdade.

De acordo com Oliveira (1988, p. 35), de 1964 a 1986 foram assassinados 1.408 trabalhadores em luta pela terra no campo brasileiro. Mitidiero Jr. (2017, p. 8), cuja fonte é a mesma de Oliveira (Comissão Pastoral da Terra-CPT), nos oferece indicador que revela 1.723 mortes no campo decorrente de conflito fundiário desde 1985, última fase da lenta transição gradual dos militares, até o ano de 2016, momento em que a democracia brasileira voltou a ser radicalmente interrompida por meio do golpe parlamentar-judiciário suspendendo a ordem constitucional brasileira.

O fenômeno do golpe de 2016 expressa o fim da pactuação representada com a promulgação da carta constitucional de 1988, tal como ocorreu em 1930 e 1964. Em todos esses momentos, a questão do acesso à terra esteve entre as pautas inegociáveis pelas elites seculares.

Mesmo durante recente governo de reconhecida origem popular (2003-2016), e também sensível às causas populares, a temática da reforma agrária passou ao largo das suas ações, o que demonstra que se trata de uma realização que depende muito mais do protagonismo da sociedade organizada, do que de um decreto governamental ou um projeto de lei aprovado no legislativo.

Os movimentos sociais do campo, particularmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), possuem a compreensão da dimensão da luta pela terra para além das ações institucionais. Tal compreensão resultou em uma das mais respeitadas experiências de educação popular desenvolvidas em acampamentos e assentamentos de todo o país, premiadas

por diversas organizações multilaterais não governamentais, o que estimulou educadores e pesquisadores do campo da educação a pensarem e refletirem acerca de uma nova categoria no campo da educação a partir da experiência de educação acumulada pelo MST. Tal categoria é a educação do campo.

A educação do campo só ganha sentido real quando os educadores têm a real dimensão de que a sua origem é resultante de uma pedagogia construída na dinâmica dos movimentos sociais⁵ (FREIRE; BETTO, 1988, p.14) e quando os educandos se fazem sujeitos de fato dos seus processos de aprendizagem nos espaços-tempo da alternância. Isso porque os tempos das cidades diferem dos tempos do campo, principalmente no que tange à intensidade. Mas, apesar das diferentes escalas da intensidade tempo nos espaços campo-cidade, eles estão dialeticamente ligados e dependentes, pois, apesar de a política pública da reforma agrária se fazer no campo, a luta política para viabilizá-la se dá nos espaços do poder, que se encontram na cidade.

Nesse sentido, a afirmação dos movimentos sociais de luta pela terra, que os localizam junto à produção familiar como os responsáveis pelo abastecimento alimentar da sociedade brasileira, deve estar na essência de uma educação do campo, pois, “se o campo não planta, a cidade não janta”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou apontar uma breve trajetória das determinantes da estrutura agrária brasileira e as relações sociais no campo. No entanto, tais relações sociais não se limitam apenas aos espaços rurais brasileiros, pois as classes sociais e as suas relações sociais modernizam-se e também se mobilizam pelo território. São presentes nos mais diferenciados lugares do espaço urbano, seja por meio da reprodução da casa grande, nas residências

⁵ Trata-se de um *constructo* cujas origens residem: 1º) na práxis de Paulo Freire em sua atuação na educação dos filhos de operários no SESI, em Recife, e a posterior reflexão de tal experiência que culminou na “Pedagogia do Oprimido”; 2º) na práxis da Teologia da Libertação, campo teórico político da igreja católica que instituiu por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e das Pastorais, a pedagogia freireana a partir das realidades culturais cotidianas das periferias dos grandes centros urbanos, palcos dos novos movimentos sociais e da reorganização sindical na década de 1970.

urbanas da secular elite rural, seja por ser o Brasil, independente da classe social, o país que mais utiliza do trabalho doméstico de diarista.

Por isso, insistimos há todo momento que se trata de uma trajetória herdeira da condição colonial e que produziu uma burguesia cujos interesses que operam para se perpetuarem no comando são externos e têm os objetivos de travar o nosso desenvolvimento enquanto nação, negando reformas fundamentais e de caráter essencialmente liberal.

Esse atraso produz, perpetua e amplia desigualdades com origens seculares, produzindo, inevitavelmente, conflitos sociais que devem ser entendidos no campo da luta de classes. Ao longo da história do Brasil, tais conflitos são escritos a ferro, fogo e sangue, mas também com muita resistência pelo direito de permanecer na terra e de reproduzir o modo de vida no campo, mesmo usufruindo das modernidades produzidas na cidade. A educação do campo é mais um importante instrumento dessa luta histórica dos que sempre foram desvalidos de direitos no Brasil.

REFERÊNCIAS

BIHR, Alan. **Da grande noite à alternativa:** o movimento operário europeus em crise. - São Paulo: Boitempo, 1999, 287p.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, 413p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **M.S.T.: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra:** formação e territorialização em São Paulo. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1999, 285p.

_____. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000, 319p.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida:** depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática, 1988, 95p.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova desordem mundial.** São Paulo: editora UNESP, 2006, 157p.

HARVEY, David. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2010, 235p.

_____. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992, 342p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** São Paulo: Editora Vozes, 1981, 185p.

_____. **O cativo da terra.** São Paulo: Editora Hucitec, 1979, 157p.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, 312p.

MITIDIERO Jr. Marco Antônio. **Violência no campo brasileiro em tempos de golpe.** Boletim Dataluta n.114 – Artigo do mês: Junho de 2017, Núcleo de Estudos Reforma Agrária – UNESP, 23p.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000, 432p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto, 1988, 101p.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia por uma Re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PRADO JR, Caio. **A formação do Brasil Contemporâneo.** 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1965, 390p.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. São Paulo: Paz e Terra, 1988, 327p.

SINGER, Paul. **A formação da classe operária.** Campinas: Editora UNICAMP, 1988, 80p.

Recebido em: 10/04/2018
Aprovado em: 14/07/2018